

6

anos

2004 - 2010

ARE estabelece novos preços máximos dos combustíveis

Destaque:

A Agência de Regulação Económica estabeleceu, no dia 9 de Abril, os novos preços máximos de venda de produtos petrolíferos, que devem vigorar até 8 de Junho de 2010, ao abrigo do disposto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 27/03 de 25 de Agosto e no Decreto-lei n.º 19/09 de 22 de Julho, que define os princípios orientadores e a fórmula de cálculo dos preços máximos de venda ao consumidor final.



Sumário:

Editorial	2
Destaque	3
Notícias	3
Espaço do consumidor —	7
Dados estatísticos	8
Saiba mais	12



João Renato Lima
*Presidente do Conselho
de Administração*

Editorial

Caro leitor,

Como é do seu conhecimento decorreu, de 29 de Março a 12 do corrente mês, uma consulta pública sobre a proposta do regulamento detalhado para o cálculo dos parâmetros Custo de Importação (CP), Custo de Gestão do Sistema de Logística (CGUSL) e a Margem Máxima Unitária de Distribuição (MMUD) da fórmula de cálculo dos Preços Máximos de Venda ao Consumidor Final de Produtos Petrolíferos.

A ARE está, neste momento, a analisar as contribuições e os pareceres da sociedade civil e, a anteceder à aprovação final do documento, serão efectuados encontros com os principais interessados no processo, a saber: as Associações de Defesa dos Consumidores; os Operadores; representantes do Estado e do Governo.

Aproveitamos esta oportunidade para agradecer a participação de todos aqueles que contribuíram para que a consulta pública fosse uma realidade e esperamos que o documento venha a trazer reais benefícios para todas as partes envolvidas no processo de regulação do sector dos combustíveis em Cabo Verde.

Esta terceira edição faz menção à comemoração do VI aniversário da Agência de Regulação Económica, que se assinalou no passado dia 12 de Fevereiro, tendo sido a ARE honrada com a visita de Sua Excelência o Presidente da República, Comandante Pedro Pires. Traz, igualmente, informações sobre 15 de Março - Dia Mundial dos Direitos dos Consumidores.

O leitor encontrará os habituais dados sobre o Sector dos Combustíveis: os novos preços máximos de venda em vigor, o histórico da evolução de preços, para além dos dados sobre o volume de vendas e de importação até este momento.

Como sempre, continuamos a trabalhar fiéis ao principal objectivo da Agência que é o de promover a eficiência económica e o equilíbrio dos sectores regulados, de forma a assegurar a oferta de serviços de interesse público em benefício da sociedade cabo-verdiana.

Ajude-nos a servi-lo melhor.

Destaque

Notícias

ARE estabelece novos preços máximos dos combustíveis

A Agência de Regulação Económica estabeleceu, no dia 9 de Abril, os novos preços máximos de venda de produtos petrolíferos, que devem vigorar até 8 de Junho de 2010, ao abrigo do disposto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 27/03 de 25 de Agosto e no Decreto-lei n.º 19/09 de 22 de Julho, que define os princípios orientadores e a fórmula de cálculo dos preços máximos de venda ao consumidor final.

Assim, conforme a nova tabela de preços máximos, o Gasóleo normal passou a ser vendido a 100,0 ECV/L, a gasolina a 145,70 ECV/L, o Petróleo a 76,70 ECV/L, o Gasóleo para a electricidade passou a 85,90 ECV/L, o Gasóleo Marítimo a 70,05 ECV/L, o Fuel 380 passou a 53,90 e o Fuel 180 passou a 60,80 ECV/L. O gás butano passou a ser vendido a 144,30 ECV/KG (ver a tabela pág. 11).

Os novos preços máximos de venda, agora fixados, foram determinados com base na evolução da média diária das cotações do “Platts European Market Scan” e “Platts LPGaswire” durante os meses de Fevereiro e Março de 2010, e nos novos valores do parâmetro Custo de Importação (CP).

Durante o período de Fevereiro a Março de 2010, os preços do barril de petróleo bruto no mercado internacional (cotados em US\$/ton) evoluíram em alta moderada como se pode constatar na parte final do gráfico (pág. 8).

De acordo com a fórmula de cálculo dos preços máximos de venda ao consumidor final (PMVCF) o parâmetro CP que representa os custos ligados à importação dos produtos petrolíferos é indexado à cotação do mercado internacional mediante ajustes bimestrais baseados na média dos dois meses precedentes, sendo os ajustes efectuados no decorrer dos primeiros cinco dias úteis de cada bimestre.



ARE lança consulta pública sobre proposta de regulamento do Novo Mecanismo de Fixação dos Preços dos Combustíveis



A Agência de Regulação Económica lançou uma consulta pública sobre a proposta de Regulamento detalhado para a cálculo dos parâmetros CP, CUGSL e MMUD da fórmula dos Preços Máximos de Venda ao Consumidor Final de Produtos Petrolíferos, que decorreu de 29 de Março até o dia 12 de Abril de 2010.

Com a realização desta consulta pública, a ARE pretende, por um lado, assegurar a participação dos interessados na formação das decisões que lhes dizem respeito, e, por outro lado, permitir uma ampla discussão com a sociedade civil cabo-verdiana e não só.

De acordo com esta proposta de regulamento, o Preço Máximo de venda ao consumidor final passará a ser calculado com base no somatório dos seguintes parâmetros: o CP (Custo de aquisição do Produto), o CUGSL (Custo Unitário de Gestão e Logística), o MMUD (Margem Máxima Unitária de distribuição e venda a retalho), aos quais se adiciona o IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado), outros impostos e taxas e o arredondamento.

Recorda-se que, dada a complexidade do processo de mudança de paradigma de regulação, a ARE optou por fazer a transição para o Novo Regime em duas etapas:

Notícias

- uma primeira, que corresponde a um período probatório, durante o qual estão sendo utilizados parâmetros provisórios referentes a CUGSL e MMUD, e testado o parâmetro referente ao Custo de Importação mecanismo de fixação dos preços dos produtos petrolíferos à evolução da conjuntura internacional;
- uma segunda em que serão fixados os parâmetros definitivos na sequência da conclusão e entrada em vigor, previsivelmente em Julho próximo, do regulamento detalhado para o cálculo dos parâmetros CP, CUGSL e MMUD, conforme o estipulado no decreto-lei n.º 19/2009 de 22 de Junho.

A proposta do Regulamento do Novo Mecanismo de fixação de Preços dos produtos petrolíferos está disponível no Website: www.are.cv.

ARE e Dia Mundial dos Direitos dos Consumidores

Em comemoração do Dia Mundial dos Direitos dos Consumidores, que se assinalou no passado dia 15 de Março, a Agência de Regulação Económica promoveu, na Pracinha da Escola Grande, na cidade da Praia, uma sessão de distribuição de folhetos, brochuras e boletins informativo sobre a actividade da Agência. Na ocasião, foram distribuídas simbolicamente algumas lâmpadas de baixo consumo.

Com esta actividade, a ARE pretendeu aproximar-se mais dos consumidores, divulgando informação adequada às suas necessidades e promover comportamentos mais seguros e sustentáveis.

Recorde-se que uma das atribuições da ARE é proteger os direitos e interesses dos consumidores em matéria de preços, tarifas e qualidades de serviço, divulgando informações para o seu esclarecimento.

Recentemente, a ARE, através do seu Gabinete de Apoio ao Consumidor, realizou, em S. Vicente, encontros com a Associação de Defesa do Consumidor (ADECO) e algumas empresas reguladas, nomeadamente a Electra, a Shell e a Enacol, com vista a criar sinergias e discutir questões ligadas à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos consumidores/utentes.

Água:

APN tem novo valor máximo dos parâmetros Tarifa variável (Te) e Tarifa fixa ajustável (To)

A Agência de Regulação Económica procedeu à revisão do valor máximo dos parâmetros Tarifa variável (Te), correspondente ao custo de Energia, e Tarifa fixa ajustável (To), correspondente aos Custos de Operação e Manutenção, a aplicar na fórmula de cálculo da facturação mensal da Água a ser vendida pela empresa Águas de Porto Novo ao Serviço Autónomo de Água e Saneamento (SAAS) de Porto Novo.



A ARE justifica essa actualização dos parâmetros Te e To com base na variação do preço dos combustíveis no mercado interno e na análise de dados de exploração referentes a 2009, ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 27/03 de 25 de Agosto e no artigo 54.º da Lei n.º 84/II/84 de 18 de Junho.

Assim, a Tarifa variável (Te) passa de 57,79 para 51,49 ECV/M3 e a Tarifa fixa ajustável (To) passa de 80,00 para 63,00 ECV/M3. A Tarifa variável (Te) é fixada, doravante, de 4 em 4 meses enquanto a Tarifa fixa ajustável (To) é fixada numa base anual através de dados de exploração da empresa.

De realçar que esta actualização dos parâmetros Te e To se refere apenas à tarifa de produção de água da empresa Águas de Porto Novo. Entretanto, o SAAS de Porto Novo continua a aplicar, provisoriamente, a tarifa da Electra em vigor, conforme a decisão do Conselho de Administração da Agência de Regulação Económica, datada de 1 de Julho de 2008.

A fórmula de cálculo do valor da facturação mensal a praticar na venda de água pela empresa Águas

de Porto Novo ao Serviço Autónomo de Água e Saneamento (SAAS) de Porto Novo foi fixada através da instrução nº.2/2008, de 27 de Junho, tendo o seguinte formato: $Fm = (Tc + To) * Vmin$. Take or Pay + $(Te) * Volume$ efectivo.

Onde se deve ler:

Tc - Tarifa fixa não ajustável correspondente ao Custo do Capital (recuperação do Investimento) - função do custo de construção, de taxa de retorno do projecto, de taxa de juro da dívida contraída e do acordo de crédito. Estes custos serão distribuídos ao longo da vida útil da instalação de forma a permitir a determinação de um custo anual derivado da realização do investimento e sua amortização.

To - Tarifa fixa ajustável correspondente aos Custos de Operação e Manutenção - inclui todos os custos associados à operação e manutenção da instalação ajustados ao longo da duração do contrato pela taxa de inflação esperada e eventuais flutuações de custos imprevistos não controlados pelos promotores do projecto.

Te - Tarifa Variável correspondente ao Custo de Energia - será fixada a partir do consumo eficiente garantido pelos promotores do projecto (kWh/m³), sendo possível o seu ajustamento em função da flutuação do preço de gásóleo ou do fornecimento de electricidade, conforme for o caso.

Vmin - Volume mínimo take or pay - volume mínimo garantido de compra mensal de água fixado em 600m³/dia durante o período contratual.

Volume efectivo - volume de água efectivamente adquirido.



VI Aniversário:

Presidente da República de Cabo Verde visita ARE

A Agência de Regulação Económica recebeu, no dia 12 de Fevereiro, nas suas instalações, na Avenida Cidade Lisboa, o Senhor Presidente da República de Cabo Verde, Comandante Pedro Verona Pires, dia em que se assinalou o VI aniversário da ARE.

No decorrer da visita, o Senhor Presidente da República inteirou-se das actividades levadas a cabo pela ARE desde a sua criação a esta parte.



Do programa de comemoração do VI Aniversário da ARE, constavam ainda a assinatura de protocolos de cooperação com algumas instituições nacionais, nomeadamente INE, UNICV e a realização de palestras sobre o impacto da regulação na economia de Cabo Verde.



TCUP:

ARE inicia estudo para determinar tarifário de base dos TCUP

No âmbito da determinação do tarifário de base para os Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros (TCUP), esteve, em Cabo Verde, de 1 a 5 de Março, uma equipa de consultores brasileiros para o contacto directo com os operadores e com a Agência de Regulação Económica com vista a recolher dados objectivos para a elaboração do correspondente estudo.

A equipa de consultores deslocou-se à ilha de S. Vicente para o primeiro contacto com os operadores do sector dos Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros, designadamente Transcor, Transporte Amizade e Sotral, e a Câmara Municipal de S. Vicente. Nessa deslocação, os consultores foram acompanhados pelos técnicos de Agência de Regulação Económica.

O estudo será desenvolvido por etapas, sendo que, numa primeira etapa, se vai fazer a caracterização do Sector dos Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros (TCUP), e, numa segunda, será elaborado o Manual do Cálculo para Determinação da Tarifa, e o desenho do aplicativo informático. Os critérios metodológicos e procedimentos de cálculo para revisão das tarifas constarão do referido Manual.

Notícias

Recorda-se que a Agência de Regulação Económica lançou, no ano passado, o concurso para a elaboração de um estudo sobre a determinação do tarifário de base dos TCUP, tendo recebido propostas técnica e financeira de três empresas. Entretanto, a ARE escolheu a melhor proposta e deu início ao referido estudo.

A ARE pretende, assim, aumentar os níveis de consistência, previsibilidade e transparência na actualização das tarifas, protegendo os interesses dos consumidores e garantido aos operadores justa remuneração dos investimentos e cobertura dos custos operacionais elegíveis.



A regulação do Sector dos TCUP é uma actividade conjunta, sendo a Agência de Regulação Económica responsável pela regulação económica do sector, a Direcção Geral dos Transportes Rodoviários com a responsabilidade de fazer a regulação técnica (especificações técnicas dos autocarros) e as Câmaras Municipais com responsabilidades de promover o concurso para a definição e atribuição de linhas.

ARE realiza retiro na Cidade Velha

Os trabalhadores da Agência de Regulação Económica reuniram-se em retiro, na Cidade Velha, nos



dias 26 e 27, para analisar o Plano Plurianual, Orçamento e Plano de Actividades 2010 e discutir os aspectos ligados à organização e ao funcionamento da Instituição.

Durante o encontro, o Presidente do Conselho de Administração da ARE, João Renato Lima, transmitiu aos presentes alguns aspectos importantes de uma formação sobre a Liderança, em que participou no ano passado, em Lisboa.

No final, foram apresentadas as conclusões e recomendações saídas do encontro, o que irá permitir a Agência de Regulação Económica ajustar os passos para ultrapassar novas etapas e enfrentar os novos desafios.

ARE reúne-se com ADECO e empresas reguladas em São Vicente

O Gabinete de Apoio ao Consumidor da Agência de Regulação Económica reuniu-se, no dia 22 de Fevereiro, em S. Vicente, com a Associação de Defesa dos Consumidores (ADECO) e algumas empresas reguladas, nomeadamente a Electra, Shell e Enacol, com vista a criar sinergias e discutir questões ligadas à melhoria da qualidade do serviço prestado aos consumidores/utentes.

Esta reunião enquadra-se no âmbito dos objectivos estratégicos para 2010, preconizados pela ARE, e visa, sobretudo, o fortalecimento e a promoção da defesa dos interesses dos consumidores.

Com encontros do género, a ARE pretende garantir a existência de condições que permitam satisfazer, de forma eficiente, a procura da prestação dos serviços que envolvam os sectores regulados e ainda proteger os direitos e interesses dos consumidores, designadamente em matéria de preços, tarifas e qualidade do serviço prestado.

A Agência de Regulação Económica procura uma maior aproximação com os diversos intervenientes no processo de regulação e vem reforçando as acções de comunicação, informação e esclarecimento aos consumidores/utentes, que acabam por ser a sua razão de existência.

Espaço do Consumidor

ARE NO APOIO AOS CONSUMIDORES DE ENERGIA, ÁGUA E TRANSPORTES COLECTIVOS URBANOS E MARÍTIMOS

Quem somos?

A ARE é uma Autoridade Administrativa Independente, que se ocupa da regulação económica dos sectores de água, energia (electricidade e combustível), transporte colectivo urbano e transporte marítimo de passageiros e tem por missão promover a eficiência económica e o equilíbrio financeiro dos sectores regulados, de forma a assegurar a oferta de serviços de interesse público em benefício da sociedade.

Qual é o papel da ARE na defesa do consumidor?

A ARE desempenha um importante papel na defesa dos consumidores ao garantir a existência de condições que permitam satisfazer, de forma eficiente, a procura da prestação dos serviços que envolvam os sectores regulados, ao proteger o equilíbrio económico-financeiro dos prestadores de serviços por ela regulados, ao garantir, nas actividades reguladas que prestam serviço de interesse geral, as competentes obrigações de serviço público ou obrigações de serviço universal e em todas as actividades que desenvolve no seu dia-a-dia.

A ARE possui um serviço de Apoio ao Consumidor?

Sim. Desde Dezembro de 2008, a ARE possui um gabinete específico que trata dos assuntos que afectam os consumidores. Além de divulgar informações importantes sobre os sectores que regulamos, o Gabinete de Comunicação, Imagem e Apoio ao Consumidor tem a responsabilidade de receber, acompanhar e dar feedback aos pedidos de informações e reclamações dos consumidores nos sectores dentro da nossa esfera de actuação.

Como apresentar a sua reclamação?

Um dos instrumentos que tornam mais acessível o exercício do direito de queixa e que proporciona ao consumidor a possibilidade de reclamar directamente no local onde o conflito ocorreu é o **Livro de Reclamações**, que todos os prestadores de serviço devem ter disponível, de acordo com o Decreto-Lei nº 19/2008, de 9 de Junho.

A reclamação é registada em triplicado, ficando uma cópia com o prestador de serviço, uma cópia com o consumidor e a última, que deverá ser enviada à entidade reguladora da área de actividade, no prazo de dez dias úteis.

No caso de electricidade, água, combustíveis, transportes colectivos urbanos e transportes marítimos, as reclamações são encaminhadas para a Agência de Regulação Económica.

A queixa deve ser bem fundamentada e reunir, sempre que possível, documentos que comprovem o motivo da reclamação, como por exemplo, recibos, facturas, cópias de contrato, etc.

Além do Livro de Reclamações, de que outros meios o consumidor dispõe para apresentar a sua reclamação à ARE?

Além do livro de reclamações, o consumidor dos sectores regulados pela ARE (Água, Electricidade, Combustíveis, Transportes Colectivos Urbanos e Transportes Marítimos), podem apresentar a sua reclamação através dos seguintes meios:

- No site da Instituição (www.are.cv), por carta, telefone ou presencial.

Como ajudá-lo?

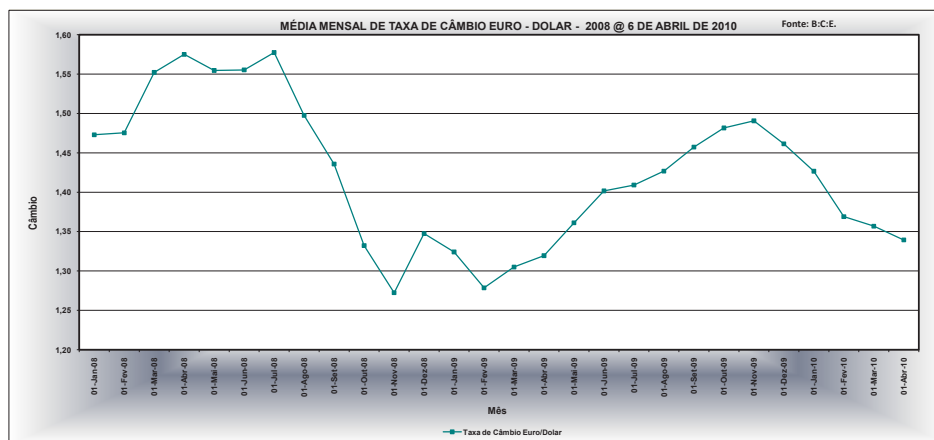
Dependendo da complexidade da questão apresentada, o consumidor pode ver-se esclarecido e informado pelos técnicos da ARE responsáveis pela gestão da área do consumidor.

Constatando-se a existência de um conflito entre o consumidor e a empresa regulada, efectivado através da apresentação de uma reclamação escrita, a ARE, na qualidade de mediadora de conflitos, procede à averiguação e esclarecimento dos factos alegados junto às empresas por ela reguladas e emitirá um parecer, cujo conteúdo será notificado ao consumidor.

Em caso de necessidade, o consumidor receberá ulteriores orientações do Gabinete Jurídico da ARE sobre como deve proceder.

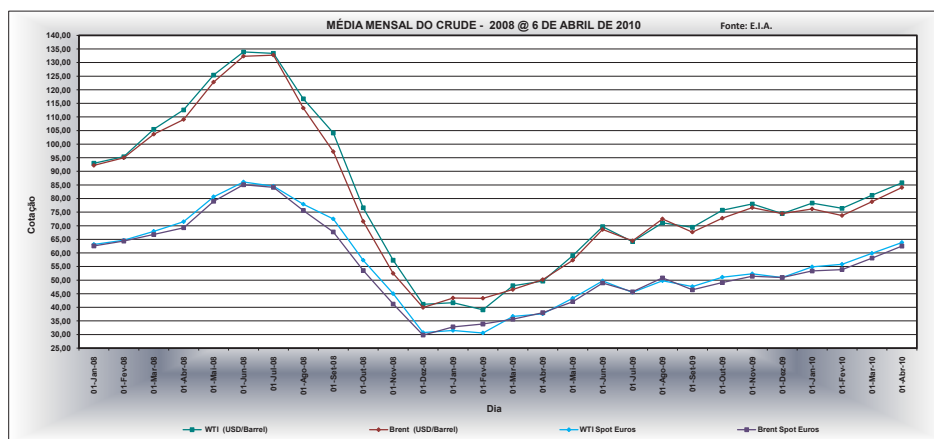
Dados Estatísticos

Média Mensal de Taxa de Câmbio EURO - DOLAR - 2008 a 6 de Abril de 2010



Fonte: B.C.E. - Banco Central Europeu

Média Mensal do Crude - 2008 a 6 de Abril de 2010



Fonte: E.I.A. - U.S. Energy Information Administration

Comparação dos preços dos combustíveis

PRODUTOS	ECV/Kg	ECV/L	ECV/L	ECV/L	ECV/L	ECV/L	ECV/Kg	ECV/Kg
	BUTANO	GASOLINA	PETROLEO	GASOLEO N.	GASOLEO EL	GASOLEO MAR	FUEL 380	FUEL 180
NOVOS PREÇOS MÁXIMOS A VIGORAR DE 05 DE FEVEREIRO À 08 DE ABRIL DE 2010								
1. CP	70,30	56,70	46,79	46,78	46,78	46,78	38,23	39,65
2. CUGSL	37,34	10,84	10,08	9,47	9,50	9,88	5,78	9,68
3. MMUD	33,07	21,81	12,98	18,38	12,32	9,63	6,07	7,05
4. IVA	3,51	40,21	3,14	13,43	12,35	0,00	2,25	2,54
5. Outras Taxas	0,00	7,00	0,00	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00
=								
6. PREÇO MÁXIMO DE VENDA	144,20	136,60	73,00	95,10	81,00	66,30	52,30	58,90
NOVOS PREÇOS MÁXIMOS A VIGORAR DE 09 DE ABRIL À 08 DE JUNHO DE 2010								
1. CP	70,42	63,03	50,30	50,95	50,95	50,95	39,76	41,48
2. CUGSL	37,34	10,84	10,08	9,47	9,50	9,88	5,78	9,68
3. MMUD	33,07	21,81	12,98	18,38	12,32	9,63	6,07	7,05
4. IVA	3,52	43,06	3,30	14,18	13,10	0,00	2,32	2,62
5. Outras Taxas	0,00	7,00	0,00	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00
=								
6. PREÇO MÁXIMO DE VENDA	144,30	145,70	76,70	100,00	85,90	70,50	53,90	60,80
VARIAÇÃO PERCENTUAL								
1. CP	0,17%	11,16%	7,49%	8,91%	8,91%	8,91%	3,98%	4,64%
2. CUGSL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
3. MMUD	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
4. IVA	0,09%	7,08%	5,02%	5,59%	6,08%	0,00%	3,04%	3,26%
5. Outras Taxas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
=								
6. PREÇO MÁXIMO DE VENDA	0,07%	6,66%	5,07%	5,15%	6,05%	6,33%	3,06%	3,23%

08-04-2010COMPARAÇÃO DE PREÇOS_050210.xlsxComparação Preços



Agência de
Regulação Económica
CABO VERDE

***Consulta Pública sobre a Proposta do
Regulamento do Novo Mecanismo de Fixação
dos Preços dos Produtos Petrolíferos,
até 12 de Abril 2010***

www.are.cv



Av. Cidade de Lisboa
C.P. 785-Praia-cabo Verde
Tel.: (238) 260 0424/30 - Fax: (238) 261 1440
E-mail: are@are.cv

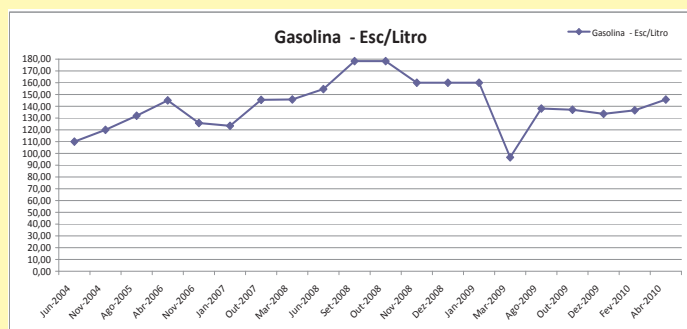
Dados Estatísticos

HISTÓRICO DAS ACTUALIZAÇÕES DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS -

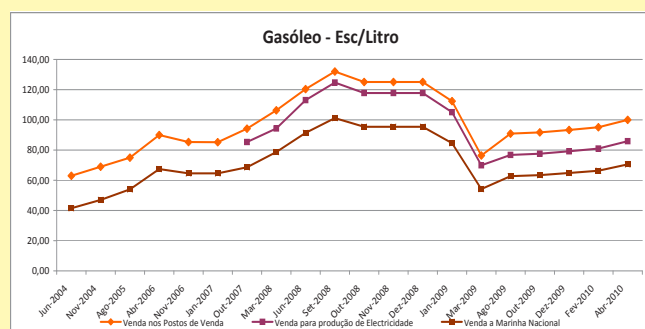


	Jun-2004	Nov-2004	Ago-2005	Abr-2006	Nov-2006	Jan-2007	Out-2007	Mar-2008	Jun-2008	Set-2008	Out-2008	Nov-2008	Dez-2008
Gasolina - Esc/Litro	110,00	120,00	132,00	145,00	125,80	123,40	145,50	145,80	154,60	178,30	178,30	160,00	160,00
Petróleo - Esc/Litro	44,00	45,00	45,00	74,00	87,00	80,00	78,60	78,60	78,60	83,50	83,50	83,50	83,50
Gasóleo - Esc/Litro													
Venda nos Postos de Venda	63,00	69,00	75,00	90,00	85,30	85,20	94,20	106,30	120,40	132,00	125,10	125,10	125,10
Venda para produção de Electricidade							85,34	94,30	113,08	124,69	117,78	117,78	117,78
Venda a Marinha Nacional	41,50	47,00	54,00	67,40	64,60	64,60	68,60	78,70	91,40	101,20	95,40	95,40	95,40
Fuel - Esc/Kg													
180	30,20	30,20	30,20	49,40	50,84	46,20	46,20	51,74	59,35	72,33	67,17	56,95	56,95
380	25,30	25,30	25,30	40,70	43,18	39,24	39,24	43,95	51,11	62,11	57,16	44,91	44,91
Butano													
Garrafas de 3 Kg	270,00	270,00	290,00	395,00	460,00	404,00	385,00	411,00	411,00	433,00	433,00	416,00	350,00
Garrafas de 6Kg	570,00	570,00	645,00	830,00	975,00	852,00	811,00	866,00	866,00	913,00	913,00	875,00	737,00
Garrafas de 12,5 Kg	1.350,00	1.500,00	1.675,00	1.810,00	2.030,00	1.774,00	1.690,00	1.804,00	1.804,00	1.901,00	1.901,00	1.824,00	1.530,00
Garrafas de 55 Kg	5.940,00	6.600,00	7.370,00	7.950,00	8.945,00	7.805,00	7.435,00	7.937,00	7.937,00	8.366,00	8.366,00	8.025,00	6.750,00
Vendas a granel (Kg)	108,00	120,00	134,00	144,60	162,60	141,92	135,18	144,30	144,30	152,10	152,10	145,90	122,00

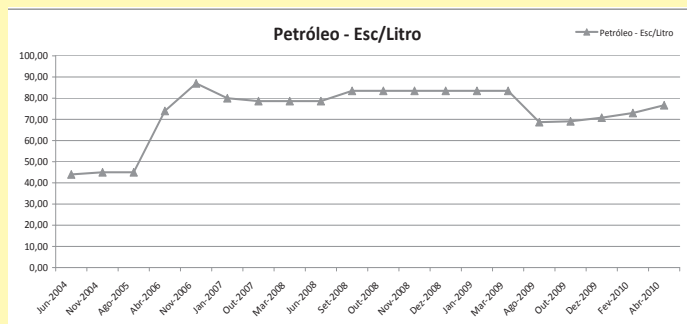
Gasolina



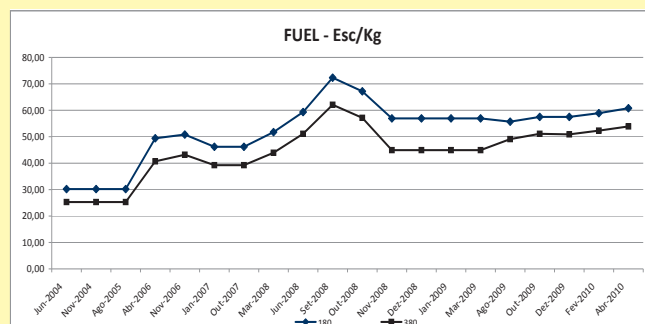
Gasóleo



Petróleo



Fuel



Dados Estatísticos

2004 @ 2010

2008	Jan-2009	Mar-2009	Ago-2009	Out-2009	Dez-2009	Fev-2010	Abr-2010
160,00	160,00	96,70	138,10	137,10	133,60	136,60	145,70

83,50	83,50	83,50	68,70	69,10	70,80	73,00	76,70
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

112,40	76,40	90,90	91,70	93,30	95,10	100,00
105,07	69,92	76,80	77,60	79,20	81,00	85,90
84,60	54,20	62,70	63,40	64,80	66,30	70,50

56,95	56,95	55,70	57,50	57,50	58,90	60,80
44,91	44,91	49,10	51,10	50,90	52,30	53,90

350,00	350,00	360,00	374,00	388,00	411,00	411,00
737,00	737,00	758,00	788,00	817,00	865,00	866,00
1.535,00	1.535,00	1.580,00	1.641,00	1.702,00	1.803,00	1.804,00
6.754,00	6.754,00	6.952,00	7.221,00	7.489,00	7.932,00	7.939,00
122,80	122,80	126,40	131,30	136,20	144,20	144,30

Tabela de Preços máximos em vigor:

PREÇOS MÁXIMOS DOS COMBUSTÍVEIS

09 DE ABRIL À 08 DE JUNHO DE 2010



PREÇO	* VARIAÇÃO
Gasolina - Esc/Litro	145,70 6,66%
Petróleo - Esc/Litro	76,70 5,07%
Gasóleo - Esc/Litro	
Venda nos Postos de Venda	100,00 5,15%
Venda para produção de Electricidade	85,90 6,05%
Venda a Marinha Nacional	70,50 6,33%
Fuel - Esc/Kg	
180	60,80 3,23%
380	53,90 3,06%
Butano	
Garrafas de 3 Kg	411,00 0,00%
Garrafas de 6Kg	866,00 0,12%
Garrafas de 12,5 Kg	1.804,00 0,06%
Garrafas de 55 Kg	7.939,00 0,09%
Venda a Granel (Kg)	144,30 0,07%

* Variação entre o preço anterior e o preço actual

Butano:

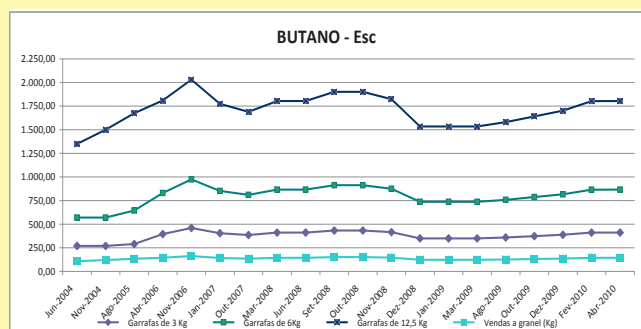


Gráfico com os dados sobre Importação:

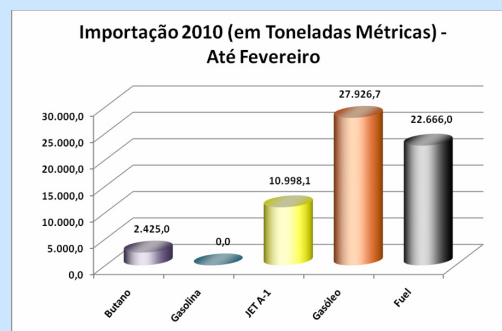
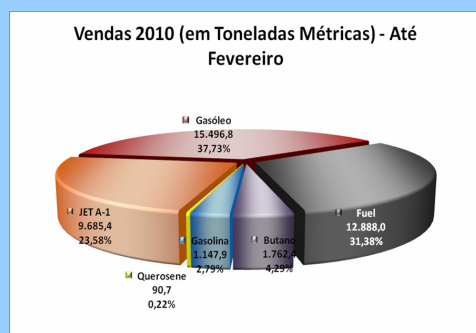


Gráfico com os dados sobre venda:



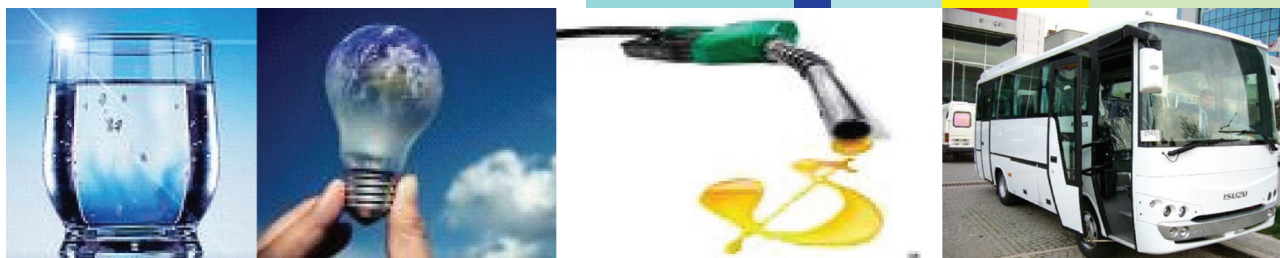
Vendas

Combustível	Quantidade
Butano	1.762,4
Gasolina	1.147,9
Querosene	90,7
JET A-1	9.685,4
Gasóleo	15.496,8
Fuel	12.888,0
Lubrificantes	294,1
Betumes	897,9
Químicos	0,9

Importação

Combustível	Quantidade
Butano	2.425,0
Gasolina	0,0
JET A-1	10.998,1
Gasóleo	27.926,7
Fuel	22.666,0

Saiba mais



No dia 15 de Março comemorou-se o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor. A preocupação com a protecção dos direitos dos consumidores tem raízes mergulhadas em tempo bastante remoto, existindo registos históricos que apontam para a presença de regras e sanções para os casos de adulteração de alimentos nos célebres códigos Hamurabi - Babilónia - do século XVIII a.C.

Em finais do século XIX, o movimento da defesa do consumidor ganha força nos Estados Unidos da América, tendo sido criada em 1891, em Nova Iorque, a Liga dos Consumidores, a actual União dos Consumidores, “Consumers Union”, que se espalharia mais tarde, ao longo do século XX, um pouco por todo o mundo.

Contudo, foi na sequência da mensagem dirigida pelo Presidente americano John Kennedy ao Congresso, no dia 15 de Março de 1962, reconhecendo alguns direitos dos consumidores (segurança, informação, direito a escolha e audição) que se institucionalizou o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, em sua homenagem.

Mais tarde, em 1985, as Nações Unidas adoptaram uma resolução (39-248), que estabeleceu Directrizes para a Protecção do Consumidor, valorizando assim a participação dos governos na materialização de políticas de defesa do consumidor.

Na década de 90, a rápida circulação de factores e de informação permitida pela evolução tecnológica

fez com que surgissem organizações não - governamentais com fortes campanhas no sentido da defesa dos valores da cidadania. Os ventos da mudança chegaram a Cabo Verde, com a criação da ADECO em 1998.

Em Cabo Verde, os direitos dos consumidores estão consagrados na Constituição da República, existindo, sobre o assunto, algumas leis importantes, das quais destacamos o Regime Jurídico de Protecção e Defesa dos Consumidores - Lei nº 88/V/98, de 31 de Dezembro e a Lei nº 88/VI/2006, de 9 de Janeiro, que estabelece as regras a que deve obedecer a prestação de alguns serviços públicos essenciais.

Em matéria dos consumidores, a Agência de Regulação Económica tem importantes atribuições, nomeadamente na protecção dos direitos e interesses dos consumidores, designadamente em matéria de preços, tarifas e qualidade do serviço prestado; na garantia da objectividade das regras de regulação e a transparência das relações comerciais entre os operadores dos sectores regulados e entre estes e os consumidores; na colaboração para a progressiva melhoria das condições económicas dos sectores regulados, estimulando nomeadamente, a adopção de práticas que promovam a utilização eficiente dos bens; na promoção da informação e o esclarecimento dos consumidores, em coordenação com outras entidades competentes, entre outros.

Ficha Técnica:

Propriedade:
Edição:
Periodicidade:
Impressão:
Tiragem:

Agência de Regulação Económica - ARE
Gabinete de Comunicação, Imagem e Apoio ao Consumidor
Trimestral
Tipografia Santos
300 exemplares